



A CEDEAO e a Moeda Única – No âmbito da CEDEAO que decorreu em novembro de 2013, em Dakar, o Primeiro-Ministro cabo-verdiano confirmou que o seu país irá aderir à moeda única que a Comunidade terá em 2020. [Pág. 2](#)

Produção Agrícola de Cabo Verde no Paraguai – As adversas condições agrícolas de Cabo Verde têm sido um dos principais desafios do país. Para fazer face a esta situação e garantir a segurança alimentar da população, foram adotadas novas medidas. [Pág. 3](#)

III Cimeira União Africana - Liga Árabe – Decorreu no Kuwait, em novembro de 2013 a III Cimeira União Africana - Liga Árabe, que debateu as relações de co-operação entre os dois blocos. O grande objetivo foi o de ultrapassar a relação meramente suportada na solidariedade política e apostar num aumento das trocas comerciais e maior investimento. [Pág. 4](#)

Gâmbia e Taiwan Cortam Relações Diplomáticas – A Gâmbia, um dos quatro países africanos que não tinha relações diplomáticas com a República Popular da China, anunciou ter cortado os contactos oficiais com Taiwan. [Pág. 4](#)

Portugal e São Tomé e Príncipe Assinam Acordo de Cooperação – Portugal e São Tomé e Príncipe assinaram, no passado dia 22 de novembro, o Programa Indicativo de Cooperação (PIC) 2012-2015 que prevê ações no valor de 43 milhões de euros. [Pág. 5](#)

Conflito na República Centro-Africana – A República Centro-Africana mergulhou no caos desde o golpe de Estado de março de 2013 que afastou o Presidente François Bozizé. Porém, a origem do conflito vem desde o tempo da guerra civil que atingiu o país entre 2003 e 2007. [Pág. 5/6](#)

Cimeira França-África – Decorreu, entre 5 e 7 de dezembro passado, mais uma Cimeira França-África que teve como tema central a Paz e a Segurança. A realização desta Cimeira tinha sido anunciada pelo presidente francês, durante o 50º aniversário da criação da Organização da União Africana, que deu origem à União Africana em 2002. [Pág. 6/7](#)

Candidatos à Sucessão de Guebuza – Depois de vários meses de indefinição, a Comissão Política da FRELIMO apresentou três candidatos à sucessão de Armando Guebuza. [Pág. 7/8](#)

Conflito no Sudão do Sul – Apenas dois anos após ter alcançado a independência, através de um longo e violento processo, o Sudão do Sul está envolvido num conflito interno que poderá ter consequências regionais imprevisíveis. [Pág. 8/9](#)

Cimeira da CEEAC – Decorreu a 10 de janeiro, em N'djamena, capital do Chade uma cimeira extraordinária da CEEAC para debater a crise na República Centro-africana (RCA). [Pág. 9](#)

Representante da CPLP para a Guiné Bissau – O brasileiro Carlos Alves Moura foi nomeado, em janeiro, Representante Especial da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) para a Guiné-Bissau. [Pág. 10](#)

Prioridades Económicas de Cabo Verde em 2014 – O Primeiro-Ministro de Cabo Verde, José Maria Neves, fez um balanço globalmente positivo do desempenho do país em 2013, considerando que foi um ano exigente, mas que Cabo Verde conseguiu aguentar os efeitos da crise internacional da crise. [Pág. 10/11](#)

Acordo Níger-Mauritânia – Atingidos pelos mesmos problemas, o Níger e a Mauritânia delinearam, em dezembro passado, uma estratégia conjunta para combater o terrorismo e o tráfico de droga na região saheliano-sariana. [Pág. 12](#)

A CEDEAO e a Moeda Única

■ Luís Castelo Branco

No âmbito da Cimeira dos Chefes de Estado e de Governo da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) que decorreu em novembro de 2013, em Dakar, na capital senegalesa, o Primeiro-Ministro cabo-verdiano, José Maria Neves, confirmou que o seu país irá aderir à moeda única que a Comunidade terá em 2020. O principal argumento para defender esta adesão é a possibilidade de permitir uma maior inserção económica de Cabo Verde na CEDEAO.

Neste momento, os países francófonos da CEDEAO, Benim, Burkina-Faso, Costa do Marfim, Guiné-Bissau, Mali, Níger, Senegal e Togo, e a Guiné Bissau, têm um acordo com a França pelo qual a sua moeda, o Franco da Comunidade Financeira Africana (CFA), está indexada ao tesouro francês, o que garante a sua convertibilidade. Estes países estão reunidos na União Económica e Monetária da África Ocidental (UEMOA).

Esquema semelhante tem Cabo Verde com Portugal desde os tempos em que o escudo cabo-verdiano estava indexado ao escudo português.

O Acordo de Cooperação Cambial entre Portugal e Cabo Verde e o Protocolo para o estabelecimento da Comissão do Acordo de Cooperação Cambial foram assinados na Cidade da Praia em 13 de março de 1998. Este Acordo teve como objetivo ligar a moeda nacional de Cabo Verde à moeda nacional de Portugal através de uma relação de paridade fixa.

A Comissão do Acordo de Cooperação Cambial (COMACC) é constituída, pela parte portuguesa, por representantes do Ministério dos Negócios Estrangeiros, do Ministério das Finanças e do Banco Mundial e, pela parte cabo-verdiana, por representantes do Ministério das Relações Exteriores, das Finanças e Planeamento e do Banco de Cabo Verde.

À COMACC compete definir e rever as condições necessárias ao cumprimento das condições estipuladas no Acordo de Cooperação Cambial, designadamente supervisionando as operações financeiras e acompanhando a execução das medidas de política económica relacionadas com as condicionalidades previstas. Tendo em vista um acompanhamento de carácter técnico, a COMACC criou uma Unidade de Acompanhamento Macroeconómico (UAM) constituída por dois técnicos portugueses (Ministério das Finanças e do Banco de Por-

tugal) e dois técnicos cabo-verdianos (Ministério das Finanças e Plano e do Banco de Cabo Verde) a quem, entre outras atribuições, compete elaborar relatórios trimestrais sobre a evolução da economia cabo-verdiana.

Portugal contribui para a sustentabilidade deste regime através da disponibilização de uma facilidade de crédito de curto prazo, de cariz concessional, dedicado ao reforço das reservas cambiais de Cabo Verde, antecipando receitas próprias. Refira-se que a viabilidade deste regime cambial está condicionada à prossecução de orientações apropriadas no domínio da gestão macroeconómica.

A questão que se põe é como conciliar este esquema com o novo projeto regional, uma vez que não possível alargar a facilidade concedida por Portugal aos outros estados da região.

A nova moeda comum que se prevê criar entre os países da região ocidental de África deverá chamar-se Eco e essa zona monetária vai-se desenvolver em novas bases, designadamente, através de um quadro de convergência macroeconómica.

Esta intenção de se avançar para uma moeda única é um processo que já dura há vários anos. Em Abril de 2000, as autoridades dos Estados-membros não-UEMOA da CEDEAO declararam, em Acra, no Gana, a intenção da criação de uma moeda. Previa-se que este acordo de integração monetária fosse alcançado em 2015, com a entrada dos países anglófonos – Nigéria, Gana, Serra Leoa, para além da Guiné-Conacri.



Produção Agrícola de Cabo Verde no Paraguai

As adversas condições agrícolas de Cabo Verde foram, desde logo, um dos principais desafios do país logo a seguir à independência. Para face fazer a esta situação e garantir a segurança alimentar da população, foram adotadas várias medidas. Uma delas foi a compra, em 1985, de terras férteis no Paraguai para a produção de cereais, nomeadamente milho. Esta estratégia deu frutos com a chegada, em novembro passado, de 15 mil toneladas de milho ao país.

A chegada deste primeiro carregamento de milho produzido fora do país operacionaliza a estratégia definida pelas autoridades cabo-verdianas para garantir a segurança alimentar no arquipélago, que não possui condições naturais para produzir quantidade suficiente de alimentos necessários para a população, calculada em pouco mais de 500 mil habitantes.

O projeto, atualmente designado por “Ilha Verde”, nasceu em 1985, quando Cabo Verde comprou um terreno no Paraguai, com uma área de cerca de 10.800 hectares, para a produção agrícola fora do país, com vista a suprir as necessidades internas de cereais devido à fraca produção nacional. A coordenação deste projeto estava a cargo da Empresa Pública de Abastecimento (EMPA), extinta nos anos 90.

Posteriormente veio a nascer o atual projeto “Ilha Verde”, liderado por um grupo de empresários cabo-verdianos ligados ao setor agrícola, e que atualmente dispõe de 12.800 hectares, para a produção agrícola, fora do país. A primeira fase do projeto, que envolvia a criação de condições para a produção agrícola mecanizada, já foi concluída no ano passado, com capacidade para fornecer suporte a 40 a 60 mil toneladas de produção.

A segunda fase do projeto, que se traduziu na construção da Unidade de Armazenagem no Porto da Praia, foi também finalizada, com uma capacidade estática de 20 mil toneladas.

Além do milho, estão a ser cultivados no Paraguai produtos como o trigo, o arroz, a soja, a cana-de-açúcar, a mandioca, os feijões e as frutas, que serão transportados posteriormente para Cabo Verde, onde servirão de matéria-prima para outras unidades de transformação agroindustrial. Uma vez chegados ao país, estes produtos agrícolas são armazenados na Unidade de Armazenamento de Cereais para posterior transformação e exportação para o mercado oeste-africano. Esta estratégia visa desenvolver a indústria agroalimentar de Cabo Verde e conseqüentemente aumentar as exportações do país.

O coordenador da sociedade promotora do projeto, o agrônomo Adriano Pinto, assegura que Cabo Verde vai beneficiar diretamente com o mesmo, pois daqui a três a quatro anos, serão criados cerca de quatro mil postos de trabalho, diretos e indiretos.

A Ministra cabo-verdiana do Desenvolvimento Rural, Eva Ortet, considera que a produção do milho em países terceiros encoraja o Governo a promover parcerias com outros Estados para garantir o autossustento do país na produção de cereais. Nesse âmbito, perspectiva-se o estabelecimento de idênticas parcerias com Moçambique e com a Guiné-Conacri, tal como a que já existe com Angola, onde Cabo Verde dispõe de sete mil e 500 hectares para produção agropecuária.





III Cimeira União Africana – Liga Árabe

Decorreu no Kuwait, em novembro de 2013, sob o lema “Parceiros no Desenvolvimento e Investimento”, a III Cimeira União Africana-Liga Árabe, a qual debateu as relações de cooperação entre os dois blocos. O grande objetivo foi o de ultrapassar a relação meramente suportada na solidariedade política e apostar num aumento das trocas comerciais e maior investimento.

A África e o Médio Oriente têm uma relação secular de parceria e troca mercantil. As relações entre as duas partes conheceram, ao longo do tempo, momentos de grande intensidade intercalados com fases mais conturbadas.

Embora na atualidade haja um grande interesse em aprofundar as relações, devido ao potencial económico africano e à capacidade financeira árabe, há algumas questões políticas que poderão dificultar este relacionamento. Uma dessas questões tem a ver com a situação no Egito, a qual provocou algumas divergências entre as duas organizações. Os acontecimentos militares do Egito levaram à suspensão deste país árabe e africano das atividades da União Africana depois da ação militar que ditou o afastamento do Presidente Mohamed Morsi, acontecimento mal aceite pelos países árabes.

Os mais otimistas pretendiam que esta Cimeira permitisse reativar a Parceria Estratégica entre a África e o Mundo Árabe, cujos termos de referência tinham sido aprovados na II Cimeira, que se realizou em Sirte na Líbia em 2010.

As relações formais entre as duas partes foram lançadas em março de 1977, na Cimeira do Cairo. Mas não se deu muita importância às relações económicas relegadas para segundo plano, assumindo protagonismo a solidariedade política.

Depois das independências, os países africanos estiveram mais interessados na afirmação política do que aprofundar e alargar as velhas relações económicas que os seus povos mantiveram com outras paragens, antes da colonização.

Se se juntar ao mercado árabe repleto de oportunidades, com mais de 400 milhões de habitantes, e detentores de um importante poder aquisitivo, e as imensas oportunidades que o continente africano, em plena transformação, conclui-se que existem condições, mais do que suficientes, para potenciar uma parceria vasta, com amplos benefícios para as duas regiões.

Por outro lado, as necessidades do apoio ao desenvolvimento da África e a segurança alimentar nos países árabes favorecem igualmente o aprofundamento desta relação.

Gâmbia e Taiwan Cortam Relações Diplomáticas

A Gâmbia, um dos quatro países africanos que não tinha relações diplomáticas com a República Popular da China, anunciou a 14 de novembro passado, ter cortado os contactos oficiais com Taiwan. O anúncio foi feito pelo Presidente, Yahya Jammeh, em nome do interesse nacional da Gâmbia.

A 17 de novembro foi a vez de Taiwan anunciar oficialmente a rutura dos laços diplomáticos com a Gâmbia, depois do fracasso de uma tentativa de última hora para os salvar com o envio àquele país africano de uma delegação de alto nível.

Durante algum tempo, Taiwan teve em África um forte aliado na oposição à China. A grande reviravolta deu-se quando a África do Sul em 1995, já sob a presidência de Mandela, passou a reconhecer Pequim. A partir desse momento, vários foram os países africanos que seguiram o mesmo caminho.

Antes da Gâmbia ter tomado esta decisão, o país que tinha tomado essa decisão foi o Malawi em 2008. Neste momento, os únicos países que reconhecem Taiwan em África são o Burkina Faso, a Swazilândia e São Tomé e Príncipe.

A nível mundial, os principais apoios a Taiwan estão na América Central e no Caribe.

Portugal e São Tomé e Príncipe assinam Acordo de Cooperação

Portugal e São Tomé e Príncipe assinaram, no passado dia 22 de novembro, o Programa Indicativo de Cooperação (PIC) 2012-2015, o qual prevê ações no valor de 43 milhões de euros.

O novo PIC privilegia a continuidade das linhas mestras dos anteriores programas de cooperação bilaterais, tendo por base a perceção das vantagens comparativas que Portugal apresenta, essencialmente, na área da formação de recursos humanos e da assistência técnica em vários domínios, que vão ao encontro das necessidades e prioridades santomenses.

Para além das áreas de continuidade, o novo PIC enquadra duas novas áreas de intervenção, designadamente a "Capacitação Científica e Tecnológica" e os "Empreendedorismo e Desenvolvimento Empresarial".

O PIC 2012-2015 representa uma nova fase da Cooperação Portuguesa, introduzindo novos elementos no relacionamento bilateral. O enquadramento destas novas áreas justifica-se pelas potenciais sinergias e complementaridade com as áreas/eixos tradicionais, bem como pelo contributo fundamental nos esforços de Luta contra a Pobreza e Promoção do Desenvolvimento Sustentável, em linha com recentes tendências internacionais nesse sentido.

No âmbito do novo PIC, os Programas emblemáticos em STP serão os projetos "Saúde para Todos" e "Escola+", ambos financiados pela Cooperação Portuguesa e executados pelo Instituto Marquês de Valle Flôr (IMVF).

O projeto Saúde para Todos tem por objetivo a promoção da consolidação do sistema nacional de saúde de STP mediante uma abordagem integrada, dividindo-se em duas componentes (i) prestação de cuidados primários e (ii) prestação de cuidados especializados, através de missões de médicos especialistas.

O projeto Educação + pretende promover o ensino da língua portuguesa através do reforço do ensino secundário em São Tomé e Príncipe. Para atingir este objetivo, o projeto intervém ao nível da adaptação e diversificação dos currículos escolares; disponibilização de manuais escolares, criação de um centro de recursos e formação, reforço das competências técnicas dos professores; melhoria da capacidade de gestão e acompanhamento no sistema de ensino e melhoria das condições do parque escolar.

Conflito na República Centro-Africana

A República Centro-Africana mergulhou no caos desde o golpe de Estado de março de 2013 realizado pela coligação rebelde Séléka, com origem na minoria muçulmana, que afastou o Presidente François Bozizé. Porém, a origem do conflito vem desde o tempo da guerra civil que atingiu o país entre 2003 e 2007.

Em dezembro de 2012, uma das facções do conflito civil acusou o governo de Bozizé de não cumprir os acordos de paz de 2007. Face a esse incumprimento, os descontentes reuniram-se à volta da Coligação Séléka, a qual rapidamente começou a avançar militarmente sobre a capital, Bangui.

O Chade, o Gabão, os Camarões, Angola, África do Sul e a República do Congo enviaram tropas para ajudar o governo de Bozizé a conter um potencial avanço dos rebeldes em direção a Bangui.

A 11 de janeiro de 2013, foi assinado, em Libreville, um acordo de cessar-fogo. Os rebeldes abandonaram sua exigência de demissão do Presidente François Bozizé na condição que este nomeasse um novo Primeiro-Ministro oriundo da Coligação Séléka. Apesar de entendimentos pontuais, os rebeldes decidiram avançar militarmente e acabaram por tomar Bangui a 24 de março. Nesse dia, o Presidente François Bozizé fugiu do país e o líder rebelde Michel Djotodia declarou-se Presidente no mesmo dia.

Desde que assumiu o poder, muçulmano Michel Djotodia não conseguiu travar a violência inter-religiosa entre muçulmanos e cristãos. O país envolveu-se numa espiral de violência entre as duas comunidades que fez temer que se caminhava para um genocídio semelhante ao do Ruanda nos anos 90.

O Conselho de Segurança da ONU autorizou, a 5 de dezembro de 2013, a intervenção de forças francesas na República Centro Africana (RCA) em apoio a uma força pan-africana para restaurar a segurança na antiga colónia francesa.

A resolução, proposta pela França e aprovada por unanimidade, autoriza os soldados franceses na RCA a tomarem todas as medidas necessárias para apoiar força africana na RCA, a Mission Internationale de Soutien à la Centrafrique (MISCA), no cumprimento do seu mandato.



Cimeira França - África

A MISCA poderá agir por um período de um ano e tem por missão proteger os civis, restabelecer a ordem e a segurança, estabilizar o país e facilitar a distribuição de ajuda humanitária. A resolução prevê a eventual transformação da MISCA numa força de paz da ONU, que terá de ser aprovada pelo Conselho de Segurança, devendo o Secretário-Geral da ONU preparar um relatório sobre a questão nos próximos meses.

A operação militar francesa na República Centro-Africana começou, com os soldados franceses a patrulharem a zona do aeroporto da capital, Bangui. A intervenção francesa tem um duplo objetivo: por um lado, procurar garantir um clima de segurança para a distribuição da ajuda humanitária e, por outro, contribuir para que as forças militares africanas a mantenham no sentido de favorecer a transição política no país. O Presidente francês comprometeu-se manter as tropas francesas no terreno pelo período que for necessário.

Para além da intervenção militar, a resolução passava pela necessidade de afastamento do Presidente Djotodia, o qual foi muito pressionado a demitir-se pelos Estados da região.

Fruto da pressão internacional, o Presidente Djotodia, e o respetivo Primeiro-Ministro, Nicolas Tiangaye, acabaram por se demitir a 10 de janeiro de 2014. O anúncio desta decisão surgiu após uma cimeira extraordinária da Comunidade Económica dos Estados da África Central (CEEAC), que decorreu no Chade, país vizinho da República Centro-Africana, o qual já havia sido determinante na retirada de apoio ao anterior Presidente daquele país, o cristão François Bozizé.

Estas demissões foram consideradas positivas para criar um ambiente favorável ao início de conversações de paz. O objetivo do processo negocial, que se vai iniciar, é a criação de condições para a realização, antes do fim do corrente ano, de eleições gerais.

Para ocupar o lugar de Presidente durante a fase de transição foi nomeada a, 22 de janeiro, Catherine Samba Panza, antiga Presidente da Câmara de Bangui.

Decorreu, entre 5 e 7 de dezembro passado, mais uma Cimeira França - África, a qual teve como tema central a Paz e a Segurança. A realização desta Cimeira tinha sido anunciada pelo presidente francês, François Hollande em maio em Addis Abeba, durante o 50º aniversário da criação da Organização da União Africana, que deu origem à União Africana em 2002.

Estiveram representados nesta Cimeira 53 estados africanos, só o Zimbabwe não esteve presente, altos representantes de diversas organizações internacionais como o Secretário-Geral das Nações Unidas, Ban Ki-Moon, o Presidente da Comissão Europeia, José Manuel Barroso, e a Presidente da Comissão da União Africana, Nkosazan Dlamini-Zuma.

Nesta Cimeira foram debatidas as parcerias que a França pode estabelecer com o continente africano no domínio da defesa e segurança, na economia assim como na luta contra os efeitos das alterações climáticas.

Por pressão do meio empresarial francês, a componente económica foi um tema prioritário nesta Cimeira. Mais de 600 empresas africanas e francesas estiveram presentes numa feira industrial, num claro intuito da França fazer frente ao crescimento indiano e chinês no continente africano.

A França, cuja fatia no mercado subsariano passou, em dez anos, de 10% para um pouco menos de 5%, pretende recuperar algum protagonismo e anunciou a sua intenção de duplicar as trocas com o Continente no prazo de cinco anos.

No que diz respeito às questões climáticas, foi decidido trabalhar em conjunto com vista a apresentar uma posição conjunta na cimeira sobre o clima prevista para 2015 em Paris.

Por outro lado, relativamente à segurança, objeto principal desta Cimeira, a França anunciou a sua intenção de apoiar a África na constituição, até 2015, de uma força pan-africana de reação rápida. Este apoio francês será essencialmente de carácter logístico e passará igualmente por ações de formação, mostrando-se a França disposta a formar 20 mil militares por ano.

O objetivo francês é o de desenvolver estratégias de longo prazo para a responsabilização autónoma dos países africanos, embora



ainda não se vislumbra uma linha clara na nesta nova política africana da França.

Também a dominar as atenções ao longo deste evento, esteve sempre a intervenção Francesa na República Centro-Africana (RCA) que se iniciou apenas algumas horas antes do início da Cimeira, logo após a ONU ter aprovado uma resolução que autorizava Paris a utilizar a força na RCA. Questionado sobre a natureza desta intervenção, o Presidente Hollande, referiu que os 1.600 homens que a França enviou para aquele país permanecerão o tempo que for considerado necessário para ajudarem a estabilizar o país.

Após a intervenção no Mali, segue-se agora a intervenção na República Centro-Africana. Durante a sua campanha eleitoral que o elegeu, o então candidato a Presidente da França, François Hollande, tinha prometido uma nova política africana, que iria pôr fim ao intervencionismo unilateral militar francês em África e à política africana caracterizada pelo conceito Franceafrique. Este conceito serviu para explicar as profundas relações, muitas vezes ilegais, entre a França e as elites africanas com o intuito de defender emaranhado de interesses geopolíticos e económicos entre a França e as antigas colónias.

Os críticos da atuação francesa questionam a seriedade da França, quando anuncia uma nova era no seu relacionamento com África e, ao mesmo tempo, continua a atuar de acordo com a tradicional Franceafrique. Embora haja quem defenda estas intervenções militares francesas, em defesa dos direitos humanos, ao mesmo tempo receia-se uma nova forma de intervencionismo francês.

A nível dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), estiveram presentes na Cimeira, os primeiros-ministros de Cabo Verde, José Maria Neves, da Guiné-Bissau, Rui de Barros, e de São Tomé e Príncipe, Gabriel Costa, assim como o Ministro das Relações Exteriores de Angola, Georges Chikoti, e o dos Negócios Estrangeiros e Cooperação de Moçambique, Oldemiro Balói.

Numa decisão simbólica foi decidido que a próxima cimeira França-África se realizará no Mali.

Candidatos à Sucessão de Guebuza

Depois de vários meses de indefinição, a Comissão Política da FRELIMO apresentou três candidatos à sucessão de Armando Guebuza. O anúncio foi feito a dez meses das eleições presidenciais, contrariando a tendência da FRELIMO de anunciar o seu candidato com bastante tempo de antecedência.

O processo de escolha não foi pacífico. Durante algum tempo chegou a ser ponderada nova candidatura de Guebuza, o que implicaria mudar a constituição que limita a dois os mandatos do Presidente da República. O atual clima de insegurança no país e as críticas que são feitas a Guebuza, inviabilizaram uma eventual vaga de fundo que apoiasse esta hipótese.

Ao longo dos últimos anos, vários foram os nomes que foram sendo sugeridos, mas que acabaram por ser afastados. Entre os nomes mais mencionados destacam-se o de Luísa Diogo, antiga Primeira-Ministra, Aires Aly, também antigo Primeiro-Ministro e Aiuba Cureneia, atual Ministro da Planificação.

Os nomes agora apontados para suceder a Guebuza são o atual Primeiro-Ministro, Alberto Vaquina, o Ministro da Agricultura e chefe da delegação do Governo nas negociações com a RENAMO, José Pacheco, e o Ministro da Defesa, Filipe Nyussi.

Os três candidatos fazem parte de uma geração mais nova, com idades que variam entre os 52 e 55 anos, e pela primeira vez nenhum dos membros deste grupo é um histórico da luta armada de libertação nacional. Todos são originários do centro e norte do país, contrastando com o passado em que os Presidentes da FRELIMO, tanto antes como após a independência, foram sempre do sul do país, situação que criou sempre um certo mal-estar.

O atual Primeiro-Ministro Alberto Vaquina, no cargo há pouco mais de um ano, desempenhava anteriormente o cargo de Governador de Tete. Vaquina, médico natural de Nampula, passou muito tempo em Portugal onde exerceu medicina, ascendeu à Comissão Política da FRELIMO no Congresso realizado em 2012.

José Pacheco, natural da província de Sofala, terra natal do líder da RENAMO, Afonso Dlakhama, e considerado o bastião do movimento rebelde. José Pacheco, um engenheiro agrónomo, é membro da Comissão Política da FRELIMO, já foi vice-ministro da Agricultura e das Pescas, governador da província de Sofala e ministro do Interior.



Atualmente é Ministro da Agricultura e chefe da delegação do Governo nas negociações com a RENAMO.

José Pacheco tem sido apontado como fazendo parte da “linha dura” do partido e responsável pelos sucessivos impasses nas negociações que se arrastam desde maio de 2012 com a RENAMO.

Filipe Nyussi, natural de Mueda, em Cabo Delgado, ingressou na FRELIMO em 1973, ainda durante a luta armada. Atualmente é Ministro da Defesa, tendo trabalhado antes na área dos caminho-de-ferros, onde ocupou vários cargos.

O perfil dos candidatos revela que a FRELIMO está num processo de renovação, com a passagem do testemunho a uma geração mais nova, procurando assim dar resposta os pedidos de mudança que eram cada vez mais frequentes dentro do próprio partido.

Quanto às eleições de 2014, a realidade política de Moçambique é bem diferente das últimas duas corridas presidenciais. O principal partido da oposição, o Movimento Democrático de Moçambique (MDM), teve um bom desempenho eleitoral nas eleições autárquicas de novembro de 2013. É de prever que o MDM continue a crescer conquistando mais votos aumentando o número de deputados.



Conflito no Sudão do Sul

Apenas dois anos após ter alcançado a independência, através de um longo e violento processo, o Sudão do Sul está envolvido num conflito interno que poderá ter consequências regionais imprevisíveis.

A origem do conflito está no afastamento, em julho de 2013, pelo Presidente, Salva Kiir, do seu Vice-Presidente (e atual rival), Riek Machar. O Presidente Kiir é da etnia dinka, maioritária no país e que domina o Governo e o Exército, enquanto Machar é da etnia nuer, à qual pertencem apenas 5% dos 10 milhões de sudaneses do Sul. O Sudão do Sul alberga cerca de 200 tribos diferentes, sendo que os dinka e os nuer são as mais representativas.

A independência do Sudão do Sul veio a tornar clara as divisões que existem no seio da elite dirigente do novo país. Mesmo durante a época em que lutavam contra o regime de Cartum, as divisões eram visíveis. O próprio Machar chegou a revoltar-se contra o Sudanese People's Liberation Army (SPLA), movimento que lutava pela independência do Sudão do Sul, no início dos anos 1990, fundando um grupo que se juntou a Cartum. Anos mais tarde, Machar reconciliou-se com Kiir e o seu grupo foi reintegrado nas fileiras do SPLA.

O Presidente acusou o seu antigo Vice-Presidente de tentar levar a cabo um golpe de Estado, o que este negou, dizendo, pelo seu lado, que o Presidente está a tentar fazer uma purga dos seus rivais. Esta troca de acusações evoluiu para um ambiente, cada vez mais tenso, que culminou em meados de dezembro com ataques de ambas as partes. Rapidamente o conflito alastrou a grande parte do território do Sudão do Sul.

O conflito no Sudão do Sul entre as forças governamentais e os rebeldes fiéis ao antigo Vice-Presidente, Riek Machar, pode alastrar-se a toda a região. Esta hipótese saiu reforçada quando o Presidente do Uganda, Yoweri Museveni, afirmou que os exércitos dos países vizinhos estavam disponíveis para avançar em apoio do Governo do Sudão do Sul, caso o líder da oposição não anunciasse um cessar-fogo. Esta pressão permitiu que as partes iniciassem em janeiro de 2014, na capital etíope, negociações tendentes a um cessar-fogo.

Riek Machar acusou o Uganda de complicar o processo negocial ao manter um contingente militar no Sudão do Sul. Segundo os rebeldes, as tropas ugandesas estão a tentar conquistar militarmente as três regiões estratégicas que estão na sua posse: Jonglei, Alto-Nilo e Unidade, no rio Nilo.



Cimeira da CEEAC

O Uganda reconheceu que as suas tropas estão no Sudão do Sul, mas apenas para controlar com segurança a retirada de civis ugandeses que se encontram na região Sul do país, tendo negado estar a prestar qualquer ajuda às forças armadas do Sudão do Sul na luta contra a rebelião.

Os violentos confrontos têm reflexos negativos no seio da população civil, a qual, segundo a ONU, enfrenta atualmente uma dramática situação humanitária. Segundo o Alto Comissariado da ONU para os refugiados (ACNUR) existem já 250 mil refugiados no norte do país.

O agravamento dos conflitos e o ambiente caótico que se vive, sobretudo nos estados petrolíferos do Norte, têm levado milhares de sul-sudaneses a fugir das suas casas. Um relatório das Nações Unidas apontava para 180 mil refugiados por causa do conflito, dos quais 75 mil fugiram para várias bases da ONU no país.

Por trás do conflito que agora se vive está, também, uma competição pelo poder e pelos recursos naturais do país. Para além da dimensão étnica, as largas reservas de petróleo do Sudão do Sul tornaram-se também um fator de instabilidade, apesar de representarem 98% das receitas do Estado. Depois de 2011, o Sul ficou com 75% das reservas que antes serviam o Sudão, mas a interdependência entre os dois países manteve-se. Os únicos oleodutos que servem o Sudão do Sul são os que passam pelo Sudão.

A relação entre os dois países é marcada por crises cíclicas, como a que levou à suspensão da exploração de petróleo pelo Sudão do Sul entre janeiro de 2012 e abril de 2013. Para Cartum qualquer sinal de instabilidade no Sudão do Sul joga a seu favor, razão pela qual é frequente o seu apoio aos movimentos rebeldes que se opõem ao Governo do sul.

Decorreu a 10 de janeiro, em N'djamena, capital do Chade uma cimeira extraordinária da Comunidade Económica dos Estados da África Central (CEEAC) para debater a crise na República Centro-africana (RCA). Esta Cimeira foi convocada pelo chefe de Estado chadiano, Idriss Déby Itno, na sua qualidade de Presidente em exercício da CEEAC cujo Exército desempenha um papel de relevo na força africana da Mission Internationale de Soutien à la Centrafrique (MISCA) presente na República Centro-africana.

Esta Cimeira teve lugar um mês depois do início, a 5 de dezembro passado, da intervenção militar francesa denominada "Sangari" para restabelecer a segurança na RCA, país atingido por um conflito inter-religioso desde a chegada ao poder da coligação Séléka a 24 de março de 2013. O conflito tem sido mediado pelo Presidente do Congo Brazzaville, Denis Sassou Nguesso, que também esteve presente nesta Cimeira.

A CEEAC agrupa 10 Estados-membros, designadamente Angola, Burundi, Camarões, República Centro-africana, Congo, Gabão, Guiné Equatorial, República Democrática do Congo (RDC), São Tomé e Príncipe e Chade.





Representante da CPLP para a Guiné Bissau

O brasileiro Carlos Alves Moura foi nomeado, em janeiro, Representante Especial da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) para a Guiné-Bissau.

O XVIII Conselho de Ministros CPLP, realizado em julho de 2013, em Maputo, tinha decidido designar um Representante Especial para a Guiné-Bissau para acompanhar, no terreno, a evolução da situação até à conclusão do processo eleitoral. A resolução determinava que o Representante Especial devia igualmente submeter, para avaliação dos Estados-membros, um relatório sobre a possibilidade de criar uma representação permanente na Guiné-Bissau.

A CPLP criou este cargo temporário, embora sem um prazo definido, sendo que este trabalho terá que ser desenvolvido em concertação com as organizações internacionais presentes em Bissau, nomeadamente, a ONU, a Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) e a União Africana (UA)] e com as representações diplomáticas acreditadas em Bissau.

Carlos Alves Moura, já tinha sido representante temporário da CPLP na Guiné-Bissau entre 2004 e 2006. Também em nome da CPLP, Carlos Alves Moura chefiou, em 2012, a missão de observação eleitoral às eleições legislativas em Timor-Leste.

Licenciado em Direito, Carlos Alves Moura iniciou a sua vida profissional como advogado de sindicatos e da Federação de Trabalhadores Rurais do Estado do Rio de Janeiro. Foi igualmente coordenador geral do Centro Nacional de Informação e Referência da Cultura Negra, órgão da Fundação Cultural Palmares, vinculada ao Ministério da Cultura do Brasil.

Fundador do Centro de Estudos Afro-brasileiros, do qual foi Presidente, Carlos Alves Moura foi também assessor para os assuntos de cultura afro-brasileira no Ministério da Cultura do Brasil.

Entre 2003 e 2007, participou no Conselho Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, órgão da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República do Brasil.

Prioridades Económicas de Cabo Verde em 2014

O Primeiro-Ministro de Cabo Verde, José Maria Neves, fez um balanço globalmente positivo do desempenho do país em 2013, considerando que foi um ano exigente, mas que Cabo Verde conseguiu aguentar os efeitos da crise internacional da crise. Devido à forte dependência da economia cabo-verdiana do exterior, a crise internacional condicionou o crescimento económico, o investimento privado nacional e estrangeiro bem como a criação de mais empregos.

Apesar do clima adverso, o Primeiro-Ministro cabo-verdiano, considerou que o Estado conseguiu honrar os seus compromissos e garantir o normal funcionamento do país, a estabilidade social e política do país.

No que diz respeito aos resultados alcançados, José Maria Neves destacou a consolidação do Programa Casa para Todos, estando neste momento em construção mais de 6 mil habitações, a mobilização de água e modernização da agricultura, através da inauguração de três barragens e do desenvolvimento do agro-negócio.

Também destacou a materialização do Cluster do Mar fruto de investimentos como as infraestruturas de frio em São Vicente, obras em quase todos os portos do país. Igualmente o Cluster TIC está a conhecer evoluções com novos investimentos e a conclusão, em breve, do parque tecnológico da Praia que promete potenciar ainda mais esta área.

A nível internacional, o chefe de Governo cabo-verdiano destacou a assinatura da Concordata com a Santa Sé, assim como a sua visita à Casa Branca e a participação numa Cimeira com Barack Obama e mais três líderes africanos. Neves sublinhou ainda as suas participações da Cimeira Japão/África em Yokohama, com resultados palpáveis como é a assinatura de um acordo de empréstimo, no valor de 150 milhões de USD para os sectores da água e do saneamento. Destaque ainda para as participações nas Jornadas Europeias de Desenvolvimento, nas quais Cabo Verde foi convidado para mostrar o seu exemplo de boa governação, como também a Mesa Redonda de Genebra sobre as economias criativas e o processo de transformação de Cabo Verde.

Também foram aprofundadas as relações com dois parceiros estratégicos, a Índia e a China. Ao nível de novas parcerias destacou as relações com Singapura.



Em relação a 2014, o Primeiro-Ministro de Cabo Verde referiu que os grandes desafios são a privatização da TACV e a reprivatização da ELECTRA e, o crescimento da economia nacional e a geração de mais e melhor emprego.

A continuação dos investimentos nas energias renováveis e térmicas, nomeadamente as centrais únicas em várias ilhas, será uma prioridade em 2014 em que o Executivo aposta na eletrificação de todo o país.

O reforço da diplomacia económica é outra bandeira para 2014, com o reforço da presença no espaço da CEDEAO e reforço das relações com velhos e novos parceiros. A consolidação da presença cabo-verdiana na CPLP e da Parceria Especial com a União Europeia são outras prioridades diplomáticas.

Em 2014 assistir-se-á à conclusão das obras em vários portos do país, nomeadamente o porto da Boa Vista e o porto de São Filipe (Fogo), e, simultaneamente, o ano do arranque das obras de expansão e modernização dos dois únicos portos (Maio e Tarrafal de São Nicolau) que não estavam enquadrados no pacote de investimentos em curso, através da linha de crédito com Portugal. Prevê-se ainda a privatização das operações portuárias no país.

Ainda em relação aos portos, a empresa chinesa China Road & Bridge Corporation (CRBC) vai construir um porto de águas profundas e um terminal de cruzeiros na ilha de São Vicente. A administração da CRBC, especializada em obras marítimas, indicou também ter sob sua responsabilidade a construção de várias infraestruturas ligadas à economia marítima, importantes para a dinamização da economia da ilha de Porto Grande.

Sem avançar datas concretas para o arranque das obras nem os custos a elas associados, a empresa garantiu a qualidade e eficiência dos projetos, integrados no Agrupamento do Mar defendido pelo governo cabo-verdiano para transformar o Mindelo numa plataforma marítima logística no meio do oceano Atlântico.

O porto de águas profundas, um sonho que as autoridades cabo-verdianas mantêm desde a independência, em 1975, irá ajudar a fomentar o negócio de reparação naval e de apoio às frotas pesqueiras internacionais, prevendo-se também a instalação de um centro internacional de pescas.

Projetado para funcionar como centro de excelência em segurança marítima e investigação oceanográfica, o porto de águas profundas do Mindelo irá concorrer diretamente com os de Dakar e de Las Palmas.

A conclusão do parque tecnológico e o arranque das obras de modernização do aeroporto internacional da Praia- Néelson Mandela, são outros pontos altos em matéria de infraestruturização, ambas orçadas em 32 milhões de euros.

Grandes eventos internacionais estão previstos para Cabo Verde este ano, nomeadamente, a realização da Cimeira sobre a Regionalização e o II Fórum de Transformação de Cabo Verde, para discutir a agenda pós-2015 e perspetivar o desenvolvimento do país no horizonte 2030.

A Cimeira africana sobre a Inovação, que terá lugar em fevereiro, com a presença de grandes especialistas africanos e mundiais nesta área é outro acontecimento importante. Em 2014 Cabo Verde assumirá a presidência da Zona de Paz e Cooperação para o Desenvolvimento do Atlântico Sul (ZOPACAS), que, segundo José Maria das Neves, vai acrescentar ainda mais prestígio às Ilhas.

Cabo Verde vai também fortalecer a cooperação com os países do Golfo Pérsico em 2014, altura em que propõe consolidar a sua presença na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e a parceria especial com a União Europeia.



Acordo Níger - Mauritânia

Atingidos pelos mesmos problemas, o Níger e a Mauritânia delinearam, em dezembro passado, uma estratégia conjunta para combater o terrorismo e o tráfico de droga na região saheliano-sariana. Os Presidentes nigerino, Mahamadou Issoufou, e mauritano, Mohamed Ould Abdel Aziz, chegaram a este entendimento durante numa reunião entre delegações de ambos países, realizada no âmbito da visita oficial de Mohamed Ould Abdel ao Níger, em dezembro passado.

O Presidente Mahamadou Issoufou referiu que ambos os países pertencem ao mesmo espaço saheliano-sariano, encruzilhada de intercâmbio e berço de uma civilização islâmica. A segurança constitui para ambos uma preocupação, situação agravada pela crise no Mali.

O Presidente mauritano referiu que graves ameaças sobre o equilíbrio milenário deste modelo de sociedade, existindo uma leitura radical da religião que é fundamentada na intolerância e que provocou o extremismo e o terrorismo. A globalização advertiu, modificou as estruturas sociais externas que se transformaram em desafios que fazem da sub-região uma fonte de insegurança para os Estados e para a comunidade internacional.

Face a esta realidade, ambos os Presidentes afirmaram que cabe ao Níger e à Mauritânia, bem como a outros países da sub-região, trabalharem juntos para o futuro mais seguro. Para tal, é necessário que os países da região promovam um acordo de cooperação na área da segurança.



OBSERVATÓRIO DE ÁFRICA
Boletim da Fundação Portugal África

FUNDAÇÃO PORTUGAL ÁFRICA
Rua de Serralves
191 - 4150-706 Porto
Tel.: 22 532 03 10 - Fax.: 22 532 03 11
E-mail: geral@fportugalafrica.pt
www.fportugalafrica.pt

Ficha Técnica
Responsáveis pela edição
J. A. Azeredo Lopes
Luís Castelo Branco

Conceito Gráfico e Paginação
Porta de Comunicação

Tiragem
500 exemplares

Impressão
Gutengráfica
Depósito Legal: 223325/05